

Os discursos das empresas de mineração e seus efeitos na educação ambiental

The discourses of mining companies and their effects on environmental education

Los discursos de las empresas mineras y sus efectos en la educación ambiental

Viviane Amélia Ribeiro Cardoso¹
Angélica Cosenza²

Resumo

O presente trabalho de pesquisa, de natureza teórica, tem por objetivo compreender os discursos das empresas de mineração e seus efeitos no campo da educação ambiental. A partir da perspectiva teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso, apresentamos os discursos empresariais da mineração, impregnados pelos conceitos de hegemonia e ideologia. Procuramos discutir, em seguida, o campo da educação ambiental diante das significações discursivas da mineração. Discursos propagados por empresas de mineração refletem forças ideológicas e hegemônicas que perpassam o campo da educação ambiental, em sentidos que versam sobre a educação para o desenvolvimento sustentável, apartando seus impactos e conflitos. Sinalizamos, com o campo da educação ambiental em sua compreensão crítica, possibilidades outras para pensarmos a teoria e a prática em educação ambiental, ao buscar desvelar a internalização dominante da mineração e tendo em vista alternativas de emancipação socioambiental.

Palavras chave: Mineração; Ecologia Política; Educação Ambiental; Análise Crítica do Discurso.

Abstract

This theoretical research paper aims to understand the discourses of mining companies and their effects on the field of environmental education. From the theoretical-methodological perspective of Critical Discourse Analysis, we present the discourses of mining companies, mobilized by the concepts of hegemony and ideology. We then try to discuss the field of environmental education in relation to the discursive meanings of mining. Discourses mobilized by mining companies reflect ideological and hegemonic forces that permeate the field of environmental education, in meanings that deal with education for sustainable development, separating its impacts and conflicts. With the field of environmental education in its critical understanding, we are signalling other possibilities for thinking about theory and practice in environmental education, by seeking to unveil the dominant internalization of

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Universidade Federal de Juiz de Fora.

mining and with a view to alternatives for socio-environmental emancipation.

Keywords: Mining; Political Ecology; Environmental Education; Critical Discourse Analysis.

Resumen

Este proyecto de investigación teórica tiene como objetivo comprender los discursos de las empresas mineras y sus efectos en el campo de la educación ambiental. Desde la perspectiva teórico-metodológica del Análisis Crítico del Discurso, presentamos los discursos de las empresas mineras, movilizados por los conceptos de hegemonía e ideología. A continuación, tratamos de discutir el campo de la educación ambiental en relación con los significados discursivos de la minería. Los discursos movilizados por las empresas mineras reflejan fuerzas ideológicas y hegemónicas que permean el campo de la educación ambiental, en significados que tratan de la educación para el desarrollo sostenible, separando sus impactos y conflictos. Con el campo de la educación ambiental en su comprensión crítica, estamos señalando otras posibilidades para pensar la teoría y la práctica de la educación ambiental, buscando develar la internalización dominante de la minería y con vistas a alternativas de emancipación socioambiental.

Palabras Clave: Minería; Ecología Política; Educación Ambiental; Análisis Crítico del Discurso.

Introdução

Para refletir sobre a problemática da mineração no Brasil, podemos considerar o seu amplo enraizamento ao longo da história, com dinâmicas de relações de poder hegemônicas e ideológicas, fundadas em noções dominantes como a do progresso e a do desenvolvimento e sobre a mercantilização de vidas e da natureza. A forma econômica do extrativismo mineral perpetua a acumulação originária advinda da colonização, aprimorando suas formas de violência na complexidade do mundo contemporâneo (ACOSTA, 2016; TROCATE; COELHO, 2020). Segundo Trocate e Coelho (2020), a mineração, na história do capitalismo, com a globalização e a ofensiva neoliberal nos países periféricos, convoca a uma financeirização da economia e leva à concentração de riquezas sobre os bens naturais, em um processo de aprofundamento das desigualdades e destruição.

Trocate e Coelho (2020, p. 30) evidenciam que “apesar da obviedade de que a mineração é uma das principais bases produtivas de qualquer sociedade, não são tão evidentes as formas de organização da sociedade e os efeitos das diferentes escalas de consumo”.

Desastres socioambientais, como os casos dos rompimentos de barragens de minério de ferro em Minas Gerais, não são frutos do mero acaso, mas revelam as contradições das relações sociais que condicionam diferentes acessos à natureza, a bens ambientais, à validação de conhecimentos, entre outras situações de vulnerabilidades. São relações construídas ao longo do tempo que perpetuam o processo de colonização na formação da modernidade pelo capitalismo. As

barragens que se rompem expõem as relações de poder presentes na vida social e, desse modo, erguem-se outras barragens construídas pela linguagem e pelos discursos para manter e instrumentalizar o poder hegemônico.

Porto-Gonçalves (2006) reflete sobre as distintas apropriações da questão ambiental na sociedade capitalista, cabendo, assim, distinguir, com atenção política, sobre qual projeto de sociedade se propõe a defesa ao meio ambiente: “[...] se todos falam em defesa do meio ambiente por que as práticas vigentes são tão contraditórias e, pior, devastadoras?” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 17). Neste sentido, o campo da educação ambiental nos auxilia a refletir sobre a problemática da mineração no Brasil, entre discursos e forças ideológicas e hegemônicas. A educação ambiental mobiliza diferentes segmentos da sociedade, tensionando assim, motivações políticas e econômicas distintas.

Visto isso, como parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), surgiu o nosso interesse de investigação sobre as relações ideológicas e discursivas desenvolvidas pelas empresas de mineração, no contexto da educação e da educação ambiental.

As empresas de mineração têm lançado projetos pedagógicos, nas escolas e em outros espaços, que podem silenciar os problemas socioambientais intrínsecos à atividade econômica, reforçando o aspecto individual da questão ambiental e esquivando-se de propostas concretas diante dos riscos, dos desafios e das violações de direitos provocados por recorrentes desastres socioambientais que atingem diversos territórios (ANTUNES-ROCHA; HUNZICKER; FANTINEL, 2020; DORNELLAS, 2011). Aspectos ideológicos e hegemônicos transparecem em diferentes discursos, acentuando-se após grandes desastres socioambientais, como o discurso da sustentabilidade e do desenvolvimento, capazes de legitimar cenários de violações de direitos, silenciar as pessoas atingidas e colocando em disputa diferentes concepções e relações com a natureza (LOUREIRO; LIMA, 2012; HENNING, 2019; LAYRARGUES, 2020).

Ancorado na perspectiva teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (ACD), este ensaio tem como objetivo apresentar os discursos empresariais da mineração e seus efeitos no campo da educação ambiental. Especificamente, procuramos, aqui, destacar os discursos ideológicos e hegemônicos operados por empresas de mineração em projetos de educação ambiental, buscando, assim, indicar argumentos que incidam sobre o campo, em maneiras de subverter a lógica hegemônica e ideológica que mantêm e silenciam conflitos e violações de direitos promovidas pelo extrativismo mineral.

Para compreender esses objetivos, dividimos o artigo em duas seções principais: na primeira seção, apresentamos os discursos mobilizados por empresas de mineração, a partir de dois conceitos principais mobilizados pela ACD: ideologia e hegemonia. Na segunda seção, evidenciamos como essas significações discursivas

das empresas de mineração refletem no campo da educação ambiental. Após estas duas seções, indicamos nossas considerações finais, a fim de refletir sobre o campo da Educação Ambiental frente às relações dominantes do extrativismo mineral.

Os discursos empresariais da mineração e os conceitos de hegemonia e ideologia

Desastres socioambientais, como os rompimentos de barragens de minério em Minas Gerais, colocaram em voga o debate sobre a questão mineral no Brasil (ACSELRAD, 2018). Contudo, Acselrad (2018) ressalta uma apropriação dos interesses privados sobre os riscos e incertezas advindos dos impactos e conflitos inerentes à mineração. São diversas formas de alteração, supressão e violação da vida que seguem em curso, representando um retrato visceral do poder e dependência do setor mineral em territórios como o da América Latina.

No âmbito da educação e da educação ambiental, discursos manifestam-se sob a esfera ideológica e hegemônica, quando práticas pedagógicas se alinham aos interesses empresariais na educação, privilegiando uma compreensão alinhada ao pensamento neoliberal em uma perspectiva de um ambientalismo de mercado (LOUREIRO, 2012; LOUREIRO E LIMA, 2012; HENNING, 2019; LAYRARGUES, 2020).

Tensionando, portanto, a problemática da mineração, Coelho (2014) elucida sobre o discurso do desenvolvimento pela mineração (DDM) em sua pesquisa. O autor demonstra como as empresas passam a adotar estratégias de relacionamento comunicacional e de gestão socioambiental por meio de agências privadas de consultoria, para legitimar uma ideia de preocupação com a população e com os problemas ambientais.

A estratégia do discurso do desenvolvimento pela mineração (DDM), indicada pela pesquisa de Coelho (2014), esclarece duas forças retóricas e ideológicas presentes em territórios impactados pela mineração: o progresso e o desenvolvimento. Segundo Coelho (2014) essas duas forças ideológicas mobilizam diferentes atores na legitimação da mineração em territórios atingidos, como: a promessa de empregos; a relevância do impacto positivo sobre as questões econômicas, superando os impactos negativos, como os que afetam a saúde e o meio ambiente; a naturalização de uma suposta vocação econômica, silenciando outras possibilidades locais; a utilização da imagem de responsabilidade social por meio de projetos de mitigação e compensação e a construção da crença em uma sustentabilidade do projeto minerador, com um viés técnico, como mitigador e capaz de eliminar seus impactos negativos.

Coelho (2014) demonstra, assim, como a questão discursiva da atividade econômica da mineração mobiliza forças ideológicas para sua maior aceitação, silenciando impactos e conflitos. Coelho (2014), Scotto (2018) e Milanez (2021) elucidam como a utilização discursiva da sustentabilidade tem sido uma das principais forças do mercado minerário, junto à crença tecnológica e a

indissociabilidade da modernização das sociedades à utilização de minérios, desconsiderando outras forças de vida, saberes e potencialidades econômicas, agudizando conflitos e violações de direitos. Os interesses das empresas de mineração, ao construir seus discursos, estão na valorização positiva de sua forma de agir e atuar nos territórios, dissimulando as injustiças socioambientais.

Nesse caminho, a abordagem teórico-metodológica da ACD abre possibilidades de relacionar aspectos da estrutura dominante sobre as práticas sociais presentes nos discursos, como também identificar as forças que se opõem a ela (FAIRCLOUGH, 2010; FAIRCLOUGH, 2015). A linguagem e os discursos são, portanto, elementos presentes nas práticas sociais que desempenham funções, figuram representações e constituem identidades (FAIRCLOUGH, 2010; 2015; 2016; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Os conceitos de hegemonia e ideologia auxiliam a entender a linguagem e os discursos como práticas sociais, isto é, a linguagem como momento irreduzível da vida social, ou seja, em relação dialética com a sociedade, em que as questões sociais são também questões discursivas e vice-versa (VIEIRA; RESENDE, 2016; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Isso quer dizer que os discursos são constituídos socialmente, com consequências e efeitos políticos, sociais e morais (VIEIRA; RESENDE, 2016). Para esse entendimento, recorreremos ao conceito de hegemonia pela ACD, presente sobre o conceito de poder e luta hegemônica em Gramsci (2007). Perante as ideias de Gramsci (2007), hegemonia pode ser compreendida como processo de dominação, com base no convencimento sem elidir coerção. A hegemonia emerge das disputas político-ideológicas e deve ser compreendida, portanto, como forma de direção moral e intelectual com implicações políticas e econômicas na estrutura social, capazes de capturar a subjetividade dos sujeitos a partir do consenso.

Dessa forma, o exercício da hegemonia assegura que uma visão particular de mundo, gestada a partir dos interesses de um grupo dominante, se torne o interesse geral para os demais grupos e sujeitos sociais. Desse modo, a assimilação de discursos na prática social condiciona um exercício de poder pelo convencimento, interiorizando comportamentos em formas de pensar, sentir e estar no mundo. Cabe ressaltar que até a violência contra grupos que questionam as decisões dominantes é socialmente justificada através da obtenção do consenso.

A dimensão educativa, no conjunto das relações sociais, pode ser observada a partir da hegemonia, como um projeto de orientação política e econômica ao instaurar, sustentar e universalizar interesses particulares.

Podemos, assim, elucidar sobre essa dimensão e sustentação discursiva quando, após o rompimento da barragem de rejeitos de minério na região de Mariana - MG em novembro de 2015, conflitos passam a ser relatados entre as populações. Quando o rompimento da barragem de Fundão deixa exposta a dependência econômica do setor da mineração, após a paralisação das atividades minerais, manifestações públicas são relatadas a favor das empresas como nos

slogans: “Fica, Samarco”, “Justiça Sim, desemprego não” (CHIAVEGATTO; NALON, 2019).

No exemplo abaixo, sentidos se manifestam sobre a questão ambiental a partir da mineração, como em projetos publicitários e educacionais, o que pode conservar a hegemonia dos discursos empresariais da mineração, enquanto a oposição às forças hegemônicas é silenciada e representada de forma fragmentada:

Os desastres de Mariana e Brumadinho levaram parte da sociedade a acreditar que a atividade mineral é uma vilã. No entanto, vozes que defendem a ‘não-demonização’ da mineração tentam mostrar que o setor aprendeu com os erros, vem sendo cada vez mais cobrado para atuar de maneira ambientalmente responsável e tem evoluído quanto às práticas [...] (MINAS DO AMANHÃ, G1, 2022, online, grifo da autora).

O excerto acima, retirado de um texto publicitário veiculado como notícia jornalística, está intitulado como *“lições e contribuições do setor mineral em MG”*. Aqui, o discurso ambiental da mineração se apresenta como *“ambientalmente responsável”* e procura legitimar a ideia de uma responsabilidade social da mineração *“que aprendeu com os erros”*, construindo sentidos que naturalizam os desastres socioambientais – *“O desastre de Mariana e Brumadinho”* – como responsáveis pela visão negativa da mineração em parte da sociedade. Sentidos no texto fragmentam a imagem de outras vozes contra-hegemônicas, a partir do uso de metáforas, sendo essas vozes aquelas que defendem a *“demonização”* da mineração, ou seja, simbolicamente, segmentam indivíduos e grupos contrários como aqueles que ameaçam o poder dominante e impedem o desenvolvimento da mineração nos territórios.

Segundo a ACD, as lutas hegemônicas também são travadas pelo discurso, como um projeto de orientação política, ao tentar instaurar e sustentar modos de ser, pensar e agir. Para Fairclough (2010), a hegemonia se apresenta como um aspecto da dominância, enquanto outras forças se opõem a ela.

Para a ACD, as ordens do discurso são as ordens do discurso hegemônico, sendo estes sentidos particulares de dominação que estabelecem, reforçam e sustentam a ideologia veiculada pelo discurso (VIEIRA; RESENDE, 2016). Podemos assim, compreender o conceito de ideologia pela ACD, ao destacar a ótica de Thompson (2011), isto é, a ideologia operando estratégias de construções simbólicas de mundo, assegurando temporariamente a hegemonia de uma representação particular, como única possível e legítima.

Fairclough (2016; 2003; 2001) descreve a ideologia enquanto modalidade de poder capaz de sustentar significações, construções e representações da realidade pelo consenso, constituídas entre dimensões e sentidos das práticas discursivas e sociais, que podem contribuir para a produção, reprodução e transformação das

relações de dominação. Isto quer dizer que:

As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia (FAIRCLOUGH, 2001, p.121).

Em síntese, modos de representar discursivamente podem revelar maneiras particulares de ver e entender o mundo, as relações sociais e as lutas pelo poder. Sendo assim, a ACD auxilia a pensar o jogo de poder existente sobre a educação ambiental (COSENZA; ARAÚJO, FERRAZ, 2020). Questões como os discursos engajados pelas empresas de mineração a partir do desenvolvimento e da sustentabilidade, em condição de harmonia econômica, social e ambiental, podem emergir sentidos ideológicos para manter relações de consenso e dominação. Pensando, portanto, que a educação e a educação ambiental mobilizam diferentes segmentos da sociedade, tensionam-se assim, distintas apropriações da questão ambiental na sociedade capitalista, sendo, portanto, um campo de disputa político e ideológico.

Segundo Thompson (2011), operações ideológicas desdobram-se entre estratégias de construções simbólicas e discursivas, mantendo e reforçando maneiras e sentidos de dominação, como a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação. A legitimação opera modos gerais da ideologia quando sustentam e estabelecem relações de dominação como legítimas, justas ou dignas de apoio. A dissimulação opera relações de dominação ao ocultar, negar ou obscurecer essas relações. A unificação estabelece ou sustenta relações de dominação através da construção simbólica que interliga uma identidade coletiva, independente do que possam separá-los. A fragmentação opera relações de dominação, quando segmenta indivíduos ou grupos que desafiam grupos dominantes, dirigindo a oposição projetada como um perigo iminente e ameaçador. Por sua vez, a reificação opera relações de dominação que se estabelecem e sustentam como uma situação permanente, natural, atemporal, retratando uma situação transitória e histórica (THOMPSON, 2011).

A partir desta apresentação sobre os discursos empresariais da mineração e os conceitos de hegemonia e ideologia mobilizados pela ACD, adentraremos a próxima seção. Procuramos discutir, a partir do campo da educação ambiental, as significações discursivas empresariais da mineração.

O campo da educação ambiental diante das significações discursivas empresariais da mineração

A partir dos conceitos de hegemonia e ideologia que perpassam a concepção

teórico-metodológica da ACD, emergem sentidos para a compreensão das relações assimétricas de poder. Podemos, assim, alçar, a partir do campo da educação ambiental, discursos e práticas que se alinham ao campo hegemônico ou revelam os sentidos ideológicos que asseguram o consenso, a universalização de interesses particulares, projetos específicos de dominação e distribuição desigual de poder, assim como evidenciar as forças que subvertem esta lógica.

Pesquisas indicam como as empresas de mineração têm utilizado a noção política de sustentabilidade em projetos e programas de educação ambiental, como vetor de geração de lucro e agregação de valor, dissimulando seus impactos, conflitos e violações de direitos (RIBEIRO JUNIOR; SANT'ANNA JUNIOR, 2011; ROCHA; TOMMASIELLO, 2017). De acordo com Rocha e Tommasiello (2017), discursos em práticas corporativas e marketing verde são incorporados pelas empresas de mineração por meio de parcerias com outras instituições, para operar projetos nos territórios minerados.

Para compreender a questão hegemônica e ideológica no contexto da educação e da educação ambiental em relação às empresas de mineração, a pesquisa de Antunes-Rocha, Hunzicker e Fantinel (2020) demonstra como, nos territórios atingidos por rompimentos de barragens, são condicionadas práticas pedagógicas capazes de silenciar os problemas socioambientais intrínsecos à atividade econômica. Segundo a pesquisa das autoras, projetos pedagógicos são mobilizados pelas empresas de mineração nas escolas, entre parcerias, oferta de cursos, doações de materiais, apoio aos eventos e ações cotidianas. Antunes-Rocha, Hunzicker e Fantinel (2020) ressaltam que projetos pedagógicos, ao envolver a temática da mineração, tratam do aspecto ambiental com o foco em materiais descartáveis e aos cuidados com a água e a natureza, enquanto frisam os aspectos da mineração em seu contexto histórico e de benefícios econômicos para as regiões.

Hunzicker e Antunes-Rocha (2022) discutem o conceito de “silêncio pedagógico”. O “silenciamento pedagógico” denomina situações de pouca presença, nas práticas escolares, de informações sobre os problemas da mineração. Isso quer dizer que as autoras identificam, nas escolas impactadas por complexos minerários, a não abordagem da temática da mineração do ponto de vista de seus impactos e conflitos. Segundo Hunzicker e Antunes-Rocha (2022), essa seria uma prática pedagógica intencional, para apartar a população da problemática em que se encontra e sobre os riscos a que está submetida.

Por sua vez, a pesquisa de Dornellas (2011), ao compreender projetos de educação de empresas de mineração, identifica o discurso do desenvolvimento sustentável como um ordenador da ideologia da responsabilidade social. Isso quer dizer que a ordem do discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável conserva a atividade mineradora como aquela possível de compatibilizar a economia de mercado com a justiça social: “isso significa redimensionar as velhas práticas

empresariais sem alterar o conteúdo social da dinâmica capitalista” (DORNELLAS, 2011, p. 47).

Diversos projetos e programas de educação ambiental são promovidos por empresas de mineração como medidas mitigadoras de seus impactos gerados nos territórios de atuação. Podemos citar iniciativas da Fundação Vale, na oferta de cursos, materiais educativos e formação de professores, como o programa “*Escola que Vale*” da empresa Vale S/A (DORNELLAS, 2011).

No sítio institucional da Fundação Vale, podemos encontrar materiais educativos, cursos e divulgações de suas ações em cinco Estados de maior atuação da empresa Vale: Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão, Pará e Rio de Janeiro (FUNDAÇÃO VALE, 2022, s/p). De acordo com a Fundação Vale:

A estrutura programática da Fundação Vale está em linha com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que integram a agenda das Nações Unidas para 2030, e colaboram, em nível local, para o alcance de diversas metas de 9 dos 17 objetivos (FUNDAÇÃO VALE, 2022, s/p).

Outro exemplo de tentativa de mitigar os efeitos nocivos dos desastres socioambientais inerentes à mineração é o Programa de Educação Ambiental da Fundação Renova. A Fundação Renova, criada como uma proposta de governança após o desastre do rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, é mantida pelas empresas responsáveis pelo desastre socioambiental (Samarco/Vale/BHP Billiton) e tem projetos de formação de jovens e professores, em parceria com instituições públicas e privadas nas regiões atingidas em toda a bacia do Rio Doce.

Na nossa caminhada para compreender essas operações ideológicas e hegemônicas nas representações discursivas empresariais da mineração e seus efeitos na educação ambiental, a Fundação Renova nos apresenta como uma estratégia de construção simbólica após um grande desastre socioambiental. Estabelecida como um acordo legítimo e consensual entre órgãos públicos e privados, a Fundação Renova é apresentada como uma inovação para a área de governança ligada as questões ambientais e de tragédias no Brasil, com a justificativa de dar maior celeridade aos problemas ambientais gerados pelo rompimento da barragem (MEDEIROS, 2016; MILANEZ; GIFFONI PINTO, 2016).

Com ênfase no projeto político empresarial sobre a educação ambiental, Loureiro (2012; 2016), Henning (2019) e Henning e Ferraro (2022) articulam argumentos para a problematização da implicação da sustentabilidade na educação.

Os autores discutem sobre a promoção e disseminação da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) a partir dos organismos internacionais – UNESCO, de 2005 a 2014, e, em seguida, no ano de 2019, com novas orientações

para o direcionamento de uma nova Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável entre 2020 a 2030 –, em que a educação se apresenta como: “meio apenas de garantia da coesão e da convivência social, preparando melhor os indivíduos para exercerem suas funções em sociedade” (LOUREIRO, 2012, p. 77) perdendo, assim, sua prática emancipatória. Henning e Ferraro (2022) observam que é pelo empreendedorismo que a educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) insere o debate em torno da sustentabilidade, mitigando a inserção de uma educação ambiental crítica. Logo, as escolas e outros espaços, se estruturam como importantes agências na disseminação desse convencimento pela lógica empresarial, alinhadas à racionalidade neoliberal (HENNING, 2019; DARDOT; LAVAL, 2016).

A busca pela sustentabilidade presente na lógica neoliberal de uma educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) se associa a um modo de vida hegemônico, atrelado ao consumo e ao empreendedorismo, ao mesmo tempo em que articula, aos anseios da problemática ambiental, práticas individualizadas, instrumentalizadas ao consumo consciente e à culpabilização dos indivíduos, devendo estes empreender suas próprias soluções (LOUREIRO, 2012; HENNING, FERRARO, 2022).

Como exemplo, no programa de educação ambiental da Fundação Renova, o Projeto de Formação de Lideranças Jovens ressalta o objetivo de: *“oportunizar processos formativos de engajamento e qualificação de jovens para elaborar e implantar projetos territoriais voltados à revitalização ambiental, social, econômica e cultural da bacia do Rio Doce”* (FUNDAÇÃO RENOVA, 2018, p. 03). Enquanto a Fundação Vale se apresenta como uma referência e pioneirismo no país na área da responsabilidade socioambiental: *“unindo esforços, recursos e conhecimento para potencializar os impactos positivos do investimento social voluntário”* (VALE, 2022, s/p).

Identificamos nesses discursos o pensamento neoliberal sobre a educação ambiental, guiado pela ideologia da responsabilidade social ao conceber sentidos sobre os impactos da mineração e sobre desastres socioambientais. Como no exemplo da Fundação Renova, ao selecionar o público jovem, procura simbolizar uma concepção de juventude *“engajada”* e *“qualificada”*. A lógica neoliberal sobre a educação ambiental pode ser observada nesses discursos, com base na ACD e nos modos gerais de operação da ideologia de Thompson (2011), quando observamos uma dissimulação das relações de poder, no que envolve as empresas de mineração responsáveis por danos nos territórios, buscando valorizar positivamente as instituições, na *“oferta de oportunidades”*, ou em uma juventude *“resiliente”*, que deve buscar empreender suas próprias soluções, deslocando o sentido da luta política e silenciando aspectos das injustiças e violações de direitos nos territórios atingidos.

Essa ênfase em um projeto político empresarial sobre a educação ambiental se

insere no discurso pelo desenvolvimento sustentável, em práticas incentivadas a mudar comportamentos, como uma nova visão de educação, medida em ações individualizadas que demandam o empreendimento de seus próprios esforços, conscientização e sensibilização de caráter informativo e de transmissão de conhecimentos e valores (LOUREIRO, 2012; 2016).

Na obra de Loureiro (2012), há um interessante debate sobre o conceito de sustentabilidade como construção hegemônica que concretiza um projeto neoliberal em torno do campo da educação ambiental. Segundo Loureiro (2012; 2016), o debate hegemônico sobre a sustentabilidade afirma como procedimentos estratégicos a participação consensual entre atores sociais e relações de interesse econômico e político, assim como o acesso universal às condições ecológicas. O sentido de participação, dessa forma, revela uma confluência perversa, ou seja, a apropriação privada do que é público, como se a participação da sociedade civil garantisse o protagonismo entre interesses empresariais e sociedades, que estão, na realidade, postas em situações desiguais de poder: "O que está posto objetivamente na sociedade em posição desigual vira parceiro em igualdade formal. Todos se abraçam, mas a dominação permanece, ou pior, sequer é explicitada e enfrentada." (LOUREIRO, 2012, p. 68). Para Loureiro (2012), as consequências do discurso hegemônico sobre a sustentabilidade são observadas no sentido prático de legitimar as opressões e esvaziar a luta política, assim como afugentar aqueles que divergem do projeto político do desenvolvimento sustentável e buscam apresentar outras propostas.

Desse modo, os conceitos de hegemonia e ideologia mobilizados pela ACD auxiliam a desvelar os sentidos ideológicos e significados hegemônicos dos discursos ambientais e sua relação com a sociedade, buscando evidenciar modos de subverter a lógica posta, fortalecendo outros discursos contra-hegemônicos (COSENZA; ARAÚJO; FERRAZ, 2020).

No campo da educação ambiental, Layrargues (2020) argumenta sobre a necessidade da desconstrução de uma educação ambiental hegemônica contemplada pelo desenvolvimento sustentável na perspectiva de um ambientalismo de mercado. De acordo com Layrargues (2020), romper com as práticas pedagógicas alinhadas ao contexto neoliberal, da perspectiva de pequenas ações técnicas e individualizadas, dos problemas ambientais apartados da ganância econômica requer emergir a construção de um sujeito ecológico. O conceito de sujeito ecológico, segundo Layrargues (2020), requer a transformação do anúncio das ações ecológicas para a denúncia das injustiças socioambientais impostas pelo sistema vigente:

Aprender a contestar, aprender a reivindicar, aprender a protestar, aprender a agir coletiva e politicamente para defender o ambiente: essas são as novas aprendizagens que emergem da libertação do

espírito subversivo e do sentimento de indignação, sufocados em nome da ordem de uma compreensão muito particular e limitada de sustentabilidade, restrita ao universo do mercado, que só se interessa em ensinar a obedecer e cumprir ordens disciplinadamente (LAYRARGUES, 2020, p.77).

Diferentes mobilizações e movimentos sociais propõem o enfrentamento dessa dissimulação das empresas de mineração como uma referência em sustentabilidade. Uma delas é a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV), que atua desde 2009, e constitui uma rede de sindicalistas, ambientalistas, ONGs, associações de base comunitária, grupos religiosos e acadêmicos de diferentes partes do Brasil e do Mundo. Segundo a articulação:

Ao longo desses dez anos, temos denunciado muitos desastres provocados pela mineração da Vale sobre a vida de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, camponesas, populações urbanas empobrecidas e trabalhadores. Em diferentes territórios, de Mariana e Brumadinho (MG) a Moçambique, de Santa Cruz (RJ) a Piquiá (MA), de Perak (Malásia) a Mendoza (Argentina), as semelhanças entre narrativas sobre os impactos da mineração e logística são o testemunho da insustentabilidade da Vale S.A. e também de todo o setor da mineração (ATINGIDOS PELA VALE, 2022, s/p).

A articulação mobiliza diferentes documentos e ações e se une a outros movimentos sociais, como o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), para enfrentar, politicamente, os poderes decisórios e o mercado financeiro, denunciando as injustiças e violações de direito cometidas pelas empresas de mineração, muitas vezes silenciadas pela noção política da sustentabilidade. Um dos materiais divulgados pela Articulação é o *Relatório de Insustentabilidade da Vale*:

Com o Relatório de Insustentabilidade da Vale, pretendemos preencher essa lacuna, sistematizando, num só documento, boa parte das denúncias, relatos, multas e processos relacionados à Vale em todo o mundo. Nosso objetivo é mostrar que as ações da Vale estão muito distantes do discurso oficial de sustentabilidade apresentado pela empresa. Suas operações são cercadas de ilegalidades, destruição e morte. A única sustentabilidade que interessa à mineradora é aquela que se refere aos seus lucros: custe o que custar. Os episódios de Mariana e Brumadinho ilustram isso muito claramente (RELATÓRIO DE INSUSTENTABILIDADE DA VALE, 2021, p. 07).

Torna-se fundamental, portanto, compreender e intervir por uma educação ambiental compromissada com o sentido político e pedagógico de desconstruir os consensos e a hegemonia impostos nos discursos de uma sustentabilidade de mercado. Pensar o sentido teórico e prático da educação ambiental crítica em movimento, na luta social e ambiental, ou seja, construir a práxis para pensar criticamente e buscar a transformação da sociedade (CARDOSO; COSENZA, 2022).

Ao campo da educação ambiental, somamos contribuições do campo da ecologia política enquanto compreensão da prática educativa como processo social presente em diferentes espaços e sobre diferentes modos de compreender a vida e a natureza (LOUREIRO, 2022). Nesse sentido, o encontro com outros saberes assume lugares de enunciação capazes de refletir sobre as relações de poder e o discurso dominante, podendo, assim, contribuir na indagação dos valores universais que sustentam injustiças ambientais, almejando a reconstrução de outros valores políticos, simbólicos e de produções de conhecimentos (LEFF, 2003).

Loureiro (2012; 2019; 2022) tece contribuições importantes entre os campos da educação ambiental e da ecologia política, no sentido de reconhecer o pensamento crítico na educação ambiental como uma exigência epistemológica e ontológica que se apresenta nas relações complexas do mundo, problematizando as superficialidades que se conservam na vida de trocas de mercadorias para muitas outras possibilidades de existência, opondo-se à lógica do sistema capitalista: “A luta – e o aprendizado que se dá por meio dela – contra toda e qualquer prática e ideologia que afirme como verdade uma única forma de religião, cultura e organização social é parte constitutiva da educação ambiental crítica.” (LOUREIRO, 2019, p. 79). Nesse sentido, a construção da educação ambiental se produz coletivamente, fomentando atividades políticas e práticas culturais, capazes de problematizar, conhecer, transformar e reconhecer possibilidades emancipatórias.

Conclusão

Os discursos empresariais da mineração refletem forças ideológicas e hegemônicas que perpassam o campo da educação ambiental, mobilizando sentidos sobre a sustentabilidade em projetos de educação empresarial em territórios atingidos. Buscamos, aqui, a partir da análise crítica do discurso (ACD), desvelar as forças ideológicas sustentadas pelo discurso do desenvolvimento pela mineração. Essas forças discursivas, ideológicas e hegemônicas propõem uma formação política, presente nas escolas ou em outros espaços de interesse, como forma de legitimar as empresas de mineração a partir do pensamento neoliberal, mesmo após grandes desastres socioambientais. Compreendemos sentidos ideológicos e hegemônicos na educação ambiental enquanto forças que contribuem para manter as condições de exploração e alienação dos seres humanos sobre a natureza, apartando, assim, a superação necessária para uma mudança social que perpassa os sujeitos. Com esta reflexão proposta, vão sendo trilhadas outras possibilidades no

campo da educação ambiental. A relação entre os campos da ecologia política e da educação ambiental, enquanto teoria e prática em movimento, é um caminho apontado rumo a romper com a internalização dominante, tendo em vista alternativas de emancipação socioambiental. A luta, portanto, no contexto de territórios atingidos pela mineração, se insere na intervenção de uma educação ambiental compromissada com o sentido político e pedagógico, procurando, assim, desvelar os sentidos ideológicos que asseguram as relações de dominação, e nesse âmbito, subverter a lógica de uma sustentabilidade de mercado.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsa de fomento à autora principal, possibilitando a realização deste estudo, a sequência da pesquisa e sua formação acadêmica.

Referências

- ACOSTA, A. Extrativismo e neextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 46-88. Tradução Igor Ojeda.
- ACSELRAD, H. Mariana, novembro de 2015: a genealogia política de um desastre. In: ZHOURI, A. (org.); OLIVEIRA, R. *et.all.* **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial Iguana, 2018. p. 155-176. Livro Eletrônico. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/livros/>. Acesso em: 25 maio 2022.
- ANTUNES-ROCHA, M. I.; HUNZICKER, A. C. M.; FANTINEL, L. M. O rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão e os desafios para a educação. **Ciência e Cultura**, [S.l.], v. 72, n. 2, p. 17-21, abr. 2020. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602020000200007>. Acesso em: 08 jan. 2021.
- ATINGIDOS PELA VALE. Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV). **Nossa História**. Disponível em: <https://atingidosvale.com/articulacao/nossa-historia/>. Acesso em: 06 set. 2022.
- CARDOSO, V. A. R. C. COSENZA, A. A ecologia política e a educação ambiental frente a matriz colonial da mineração. In: SLADI, L.; SALGADO, S. D. C.; COSENTINO, P.; ESCHENHAGEN, M. L.; (Org.). **Senti-pensarnos Tierra: educación ambiental y Ecología política en clave latinoamericana y del Caribe**. 1ed. Buenos Aires: Clacso, 2022, v.10, p. 31-38. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-10-senti-pensarnos-tierra/>. Acesso em: 25 out. 2022.
- CHIAVEGATTO, J.; NALON, C.. "**Volta Samarco**". Notícias UFJF, Pesquisa e inovação, 30 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/01/30/volta-samarco/>. Acesso em: 11 de jul. 2022.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh University Press, 1999, 175 p.

COELHO, T. P. O discurso do desenvolvimento pela mineração. In: COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase.), 2014, p. 62-101. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2014-Projeto-Grande-Carajás.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

COSENZA, A; ARAÚJO, J. C.; FERRAZ, M. S. O que fazem as escolas que dizem fazer/ter uma horta?. **Ensino, saúde e Ambiente**, v.13, n.2, p.90-111, agosto 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/resa2020.v13i2.a28264>. Acesso em: 08 nov. 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, CHRISTIAN. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Coleção Estado de Sítio: Boitempo, 2016. Tradução de Mariana Echalar.

DORNELLAS, L. C. G. **O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o programa escola que vale**. 2011. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2682>. Acesso em: 20 nov. 2020.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001, 316 p. Tradução, revisão técnica e prefácio à edição Brasileira: Izabel Magalhães.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. Routledge, New Fetter Lane, London and New York, 2003, 279 p.

FAIRCLOUGH, N. A dialética do discurso. **Revista Teias**, S.L, v. 11, n. 22, p. 225-234, ago. 2010. Tradução: Raquel Goulart Barreto. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24124/17102>. Acesso em: 24 mai. 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. Routledge, London and New York, 2015, 274 p.

FAIRCLOUGH, N. **Semiose, mediação e ideologia: uma visão dialética**. Revista Parágrafo, v.4, n.1, jan./jun. 2016, p.16-27. Tradução: Ana Flavya Rigolon e Taissa Garcia.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Definição do Programa - Etapa 3**. PG-033 - Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, Junho de 2018. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/10/definicaoeducacaorevitalizacao.pdf.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere Volume 3**. Ed. 3, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; coedição: Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira.

HENNING, P. C. Verdades educacionais no Brasil e na Espanha: tensionamentos ambientais sob análise. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas - SP, v. 21, n. 3, p. 674-694, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v21i1.8651555>. Acesso em: 13 nov. 2021.

HENNING, P. C; FERRARO, J. L. S. **As lutas políticas da Educação Ambiental nas universidades brasileiras: provocações à governamentalidade neoliberal no âmbito da educação para o desenvolvimento sustentável**. Ciência & Educação, v.28, 2022, p.01-15, Bauru. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320220028>. Acesso em: 26 ago. 2022.

HUNZICKER, A. C. M; ANTUNES-ROCHA, M. I. A prática do silêncio pedagógico no contexto minerário. **Revista Brasileira de Educação Básica**. Ano 7, Número Especial, Educação e Desastres Minerários, Janeiro, 2022, s/p. Disponível em: <https://rbeducaocabasica.com.br/a-pratica-do-silencio-pedagogico-no-contexto-minerario/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

LAYRARGUES, P. P. Manifesto por uma educação ambiental indisciplinada, [s.l], **Ensino, Saúde e Ambiente**. Número Especial, p. 44-88, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/40204> . Acesso em: 17 ago. 2021.

LEFF, E. **La Ecología Política em América Latina**: un campo em construcción. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, 2003.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental crítica e lutas antissistêmicas. In: SLADI, L.; SALGADO, S. D. C.; COSENTINO, P.; ESCHENHAGEN, M. L.; (Org.). **Senti-pensarnos Tierra**: educación ambiental y Ecología política en clave latinoamericana y del Caribe. 1ed. Buenos Aires: Clacso, 2022, v.10, p. 31-38. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-10-senti-pensarnos-tierra/> . Acesso em: 25 out. 2022.

LOUREIRO, C. F. B.. **Educação Ambiental**: questões de vida. São Paulo: Cortez, 2019.

LOUREIRO, C. F. B. O dito e não-dito na Década da educação para o desenvolvimento sustentável promovida pela UNESCO. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, S.L, v. 11, n. 2, p. 58-71, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18675/2177-580X.vol11.n2.p58-71> . Acesso em: 01 set. 2021.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e Educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012. Coleção questões da nossa época; V.39.

LOUREIRO, C. F. B.; LIMA, M. J. G. S. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital. **Revista Contemporânea de Educação**, [s. l], v. 7, n. 14, p. 280-294, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1672> . Acesso em: 13 out. 2021.

MEDEIROS, É. **Longe das vítimas, governo assina acordo sobre desastre de Mariana**. Agência Pública, 03 de março de 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/03/longe-das-vitimas-governo-assina-acordo-sobre-desastre-de-mariana/> . Acesso em: 08 nov. 2022.

MILANEZ, B. **Crise climática, extração de minerais críticos e seus efeitos para o Brasil**. Brasília: Diálogo dos Povos, Sinfrajupe, Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), 2021. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2021-Crise-climatica-extração-de-minerais-críticos.pdf> . Acesso em: 09 nov. 2022.

MILANEZ, B.; GIFFONI PINTO, R. **Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta firmado entre Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado do Espírito Santo, Samarco Mineração S.A., Vale S. A. e BHP Billiton Brasil LTDA**. Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS UFJF), Abril de 2016. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/desastre-do-rio-doce/> . Acesso em: 24 out de 2022.

MINAS DO AMANHÃ. **Sustentabilidade e mineração em convergência: lições e contribuições do setor mineral em MG para uma economia sustentável**. Espaço Publicitário, G1, 28 de março de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/especial-publicitario/minas-do-amanha/sustentabilidade/noticia/2022/03/28/sustentabilidade-e-mineracao-em-convergencia.ghtml> . Acesso em: 06 jul. 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**, 14.ed, Editora Contexto, São Paulo, 2006. Temas Atuais.

RELATÓRIO DE INSUSTENTABILIDADE. **Relatório de Insustentabilidade da Vale**, 2021. Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV). Disponível em: <https://atingidosvale.com/relatorios/relatorio-insustentabilidade-2021> . Acesso em: 09 nov.

2022.

RIBEIRO JUNIOR, J. A.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. A política de desenvolvimento sustentável da Vale. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v.15, n.3, set/dez, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231196145.pdf> . Acesso em: 09 nov. 2022.

ROCHA, E. M. P; TOMMASIELLO, M. G. C. Análise de um projeto de educação ambiental proposto por uma empresa mineradora: educação ambiental ou marketing verde? . **Anais[...]** X Congresso Internacional sobre Investigación en Didáctica de Las Ciencias, Sevilla, 5-8 de septiembre de 2017. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/edlc/edlc_a2017nEXTRA/60_-Analise_de_um_projeto_de_Educacao_Ambiental_proposto_por_uma_empresa_mineradora.pdf . Acesso em: 09 nov. 2022.

SCOTTO, G. Narrativas contemporâneas na propaganda corporativa das empresas mineradoras transnacionais: elementos para a análise do "espírito" da mineração. **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano**. v.2 n.27, p. 37-54, 2018. Disponível em: <https://revistas.inapl.gob.ar> . Acesso em: 14 dez. 2022.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 427 p.

TROCATE, C.; COELHO, T. **Quando Vier o Silêncio: o problema mineral brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 149 p. Fundação Rosa Luxemburgo.

VALE. **Fundação Vale: uma referência na agenda social brasileira**. Iniciativa, ambiental, social. 2022. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/initiatives/environmental-social/fundacao-vale/paginas/default.aspx> . Acesso em: 09 nov. 2022.

VIEIRA; V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como materialidade de pesquisa**. 2ª ed, Coleção Linguagem e Sociedade, Vol.1, Campinas - SP: Editora Pontes, 2016, 196 p.

Viviane Amélia Ribeiro Cardoso

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFJF). Mestre em Comunicação (PPGCOM/UFJF). Gestora Ambiental (UFRRJ/ITR). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental (GEA/UFJF). Bolsista CAPES. E-mail: vivianearcardoso@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7168-4794>.

Angélica Cosenza

Professora e pesquisadora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACED/PPGE/UFJF). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental (GEA/UFJF). E-mail: ar_cosenza@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5412-5894>.

Recebido em: 18/09/2023

Aprovado em: 22/10/2023

Publicado em: 27/10/2023